



ARTIGOS E ENSAIOS

Familismo, reprodução social e modelos de proteção social no mundo

Familism, Social Reproduction and Social Protection Models in the World

Anna Karolyna Lopes

Titoneli¹

orcid.org/0009-0000-7595-187X
annakarolynatitoneli@gmail.com

Cláudio Horst²

orcid.org/0000-0002-2226-4520
claudio.horst@ufop.edu.br

Recebido em: 11 dez. 2023.

Aprovado em: 19 ago. 2025.

Publicado em: 19 dez. 2025.

Resumo: O presente artigo tem como objetivo refletir sobre modelos de proteção social constituídos em várias partes do mundo, visando compreender a relação que eles estabelecem com a família e se as políticas ofertadas possibilitam o alívio dos encargos e das responsabilidades familiares. Trata-se de pesquisa bibliográfica, qualitativa, analisada a partir da técnica da análise de conteúdo. Os principais resultados demonstram a tendência mundial do familismo como parte da estratégia de reprodução ampliada do capital, a partir de particularidades e realidades locais. Portanto, enfatiza a responsabilidade em garantir o bem-estar social dos indivíduos pelas próprias famílias, mesmo sem condições para desempenharem essas atribuições, diante da sobrecarga das mulheres, do desmonte das políticas sociais e das profundas mudanças no mundo do trabalho.

Palavras-chave: proteção social; família; capitalismo.

Abstract: This article aims to reflect on social protection models established in various parts of the world, aiming to understand the relationship they establish with the family and whether the policies offered enable the relief of family burdens and responsibilities. This is bibliographical, qualitative research, analyzed using the content analysis technique. The main results demonstrate the global trend of familism as part of the expanded reproduction strategy of capital, based on local particularities and realities. Therefore, it emphasizes the responsibility for ensuring the social well-being of individuals by their own families, even without the conditions to carry out these duties, given the overload of women, disassembled social policies and profound changes in the world of work..

Keywords: Social Protection; Family; Capitalism.

1 Introdução

O debate em face da centralidade que a família assume nas políticas sociais, não apenas no campo da proteção social brasileira, mas também em outras partes do mundo, coloca em discussão outra questão, que se refere ao trabalho produtivo e ao considerado 'não produtivo', remetendo-nos ao campo da reprodução social, em que as mulheres ocupam lugar de destaque por estarem socialmente vinculadas à função de cuidado e proteção.

A tarefa de contribuir para a reprodução social, que a família tem assegurado historicamente, mesmo mediante as mudanças de ordem estrutural que impactam e determinam suas condições de vida, favorecem as estratégias que garantem a reprodução ampliada do capital, princi-



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, Minas Gerais, Brasil.

² Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Mariana, Minas Gerais, Brasil.

palmente em tempos de crise. Nessa direção:

A reflexão sobre a família e a política social, bem como a profunda relação entre ambas não pode ocorrer fora da realidade onde essas relações se reproduzem e são concretizadas. Sendo impossível pensar a dinâmica e as experiências de organização dos sistemas de proteção social, adotados pelos diversos governos nacionais e o quantum de compromisso atrelado às famílias, sem pensarmos a conjuntura internacional, as tendências de avanço da extrema direita, as particularidades nacionais e os governos e suas ideologias (Horst; Mito, 2024, p. 1).

O presente artigo apresenta a síntese da pesquisa bibliográfica realizada no primeiro semestre de 2022 sobre os sistemas de proteção no mundo, com destaque para o papel da mulher nos diversos modelos protetivos e as tendências familistas. A pesquisa foi realizada com base no portal de periódicos internacional "Web of Science", priorizando os artigos que haviam sido publicados nos últimos 5 (cinco) anos utilizando os descritores "*welfare state*" e "*family work*".

Na primeira busca, delimitamos o idioma português e selecionamos revistas nacionais mais conhecidas no campo do Serviço Social, entretanto, não obtivemos êxito na varredura a partir desses descritores. Assim, decidimos focar na busca no idioma *inglês*, compreendendo que ampliaria nossa busca, facilitando a localização de mais artigos. Utilizando os descritores anteriormente mencionados, encontramos 252 (duzentos e cinquenta e dois) artigos.

Na primeira etapa do processo de exclusão, foi realizada a leitura dos títulos de todos os artigos identificados na busca, sendo eliminados nesse processo 202 (duzentos e dois) por não contemplarem a aproximação esperada com a temática. Na segunda etapa, o resumo de cada um dos 50 (cinquenta) artigos restantes foi lido com o propósito de verificar aqueles que se relacionavam com o nosso interesse de pesquisa, resultando em 11 (onze) artigos analisados – elencados no quadro a seguir.

QUADRO 1 – Artigos selecionados para análise

Autores (as)	Título	Ano	Palavras-chave
Alessandra Mezzadri, Susan Newman e Sara Stevano	Economias políticas globais feministas de trabalho e reprodução social	2021	Economia política global; reprodução social; trabalho; IPE feminista; cotidiano; gênero; Sul Global.
Asli Ermis-Mert	Mulheres no trabalho e na família: uma discussão sobre práticas de políticas de reconciliação	2018	Não possui
Margunn Bjørnholt e Kari Stefansen	Igual, mas diferente: adaptações trabalho-família de pais poloneses e noruegueses na Noruega	2018	Modelo de dupla fonte de ganho/dupla prestação de cuidados; igualdade de gênero; Estado de bem-estar nórdico; adaptações trabalho-família; políticas de trabalho e família.
Rossella Ciccia e Diane Sainsbury	Análise do estado de bem-estar social de gênero: tensões entre cuidado e trabalho remunerado	2018	Direitos sociais; divisão do trabalho por gênero; cuidado; trabalho remunerado; igualdade de gênero; Estado de bem-estar social.
Patrícia Frericks, Martin Gurin e Júlia Höppner	Família como princípio redistributivo do Estado de bem-estar social: o caso da Alemanha	2021	Lógicas redistributivas; análise do Estado de bem-estar social; família; EUROMOD.
Mikael Goossen	As disparidades de gênero nas atitudes dos Estados-providência na Europa: o papel do trabalho não remunerado e da política familiar	2020	Atitudes; pesquisa comparativa; divisão do trabalho; política da família; diferença de gênero; papéis de gênero; Estado de bem-estar social.
Karin Jurczyk, Birgit Jentsch, Michaela Schier e Júlia Sailer	Famílias de chefes de família na Alemanha: novos papéis de gênero?	2019	Mulher provedora; papéis de gênero; funções gênero; funções família; Alemanha.

Autores (as)	Título	Ano	Palavras-chave
Ji Young Kang	Convergência da política familiar entre os regimes de bem-estar (1990 a 2010): diferentes conotações da expansão da política familiar	2018	Política familiar; convergência; igualdade de gênero; renda proteção; conciliação trabalho/família; regime de segurança social.
Kiana Boroumand	Maternidade solitária e feminismo do bem-estar: um estudo de caso comparativo da Islândia e da Dinamarca	2021	Não possui
Antonios Roumpakis	Revisitando os regimes globais de bem-estar: gênero, emprego informal e cuidados	2020	Gênero; regimes de bem-estar global; informal; cuidado; emprego.
Sigita Doblytė e Aroa Tejero	O quê, onde e como: impulso-nadores das atitudes de bem-estar em relação às políticas de conciliação trabalho-família nas sociedades do sul da Europa	2020	Atitudes de bem-estar; valores culturais; interesses próprios; política da família; Estado de bem-estar social; Europa Meridional.

Fonte: elaboração própria.

O objetivo da pesquisa bibliográfica foi realizar uma contribuição teórica para o estado da arte, a partir do levantamento e da reflexão dos modelos de Estado de bem-estar social encontrados e da relação estabelecida entre eles e a família. O material pesquisado constituiu-se em artigos publicados em portal de periódicos de língua inglesa² e outros textos/referências que abordam a temática.

O artigo está organizado em dois momentos, à exceção da introdução e das considerações finais. No primeiro, serão destacados modelos de políticas que buscam conciliar a contradição entre trabalho e as responsabilidades familiares, apontando se estes conseguem avançar no que tange aos papéis tradicionais de gênero desempenhados por homens e mulheres. No segundo momento, a questão do gênero é abordada pelos/as autores/as enfatizando as diferenças e as desigualdades presentes nas concepções de gênero, nos arranjos de renda identificados, nas relações de trabalho, na presença da informalidade e nas redes de apoio das mulheres.

A partir deste estudo, busca-se fomentar o aprofundamento do debate, colocando em evidência a perspectiva familista que as políticas

públicas assumem não só no Brasil, mas como estratégia do capitalismo em várias partes do mundo.

2 Modelos de Estado de bem-estar social no mundo e os dilemas da contradição trabalho/família

Partimos do pressuposto, já aprofundado por Pereira (2016), de que a proteção social no capitalismo não está exclusivamente comprometida com as necessidades humanas. Sendo assim, a historicidade das experiências de proteção social no mundo são contraditórias, concretizam-se de formas distintas, principalmente no que tange à cobertura e às finalidades. Podendo inclusive ser materializada de maneiras regressivas, como temos acompanhado diante do avanço da extrema direita mundialmente.

A nosso ver, o 'casamento' entre a política social e a família, ambos complexos sociais inseridos na dinâmica de produção e reprodução social, e a busca pela amenização da contradição entre família e trabalho revelam a preocupação dos sistemas de bem-estar social com a principal mercadoria do capitalismo, qual seja, a *força de trabalho*. Sem esta, o sistema entraria em colap-

² No decorrer do processo de busca dos artigos, seleção e posterior leitura, fizemos a tradução para o português (tradução nossa).

so. E essa chave abre novas possibilidades de entendimento para pensarmos tal contradição.

Conforme a Teoria da Reprodução Social (TRS) vai demarcar, "a chave do sistema, nossa força de trabalho, é, na verdade ela mesma produzida e reproduzida fora da produção capitalista, num local baseado em laços de parentesco 'chamado família" (Bhattacharya, 2019, p. 102). Ou seja, nessa perspectiva, a produção de bens e serviços e a produção da vida constituem um processo integrado, em que política social e família participam, garantem e contribuem para a reprodução da sociabilidade. Por isso, a centralidade das famílias nos diversos sistemas de bem-estar, como veremos a seguir, mesmo diante da crise capitalista e da reprodução social, representa uma de suas expressões fenomênicas.

Esping-Andersen (1990), cuja análise sobre os regimes de estado de bem-estar enfatiza o Estado e o mercado, compreende a família como princípio importante nas configurações de bem-estar social historicamente, assim como defende que esses regimes são formas institucionalizadas de manter a ordem. As políticas públicas, neste sentido, são uma resposta do Estado às demandas e necessidades das populações, operando de maneira a promover um certo controle da sociedade e a manutenção dos interesses capitalistas.

Frericks *et al.* (2021) apontam a presença da redistribuição de recursos como um dos elementos principais dos regimes de bem-estar, destacando dois conceitos que contribuem para compreender as diferenças do estado de bem-estar em relação à família. Um deles é *desfamiliarização*³, que visa analisar se o trabalho remunerado e o acesso às políticas sociais são suficientes para propiciar condições dignas de vida e certa independência às famílias, avaliando se essas políticas conseguem garantir a diminuição da sobrecarga

das mulheres com as obrigações familiares, associando carreira profissional e maternidade. O outro conceito é *individualização*, que valoriza um modelo de trabalhador individualizado, separando-o das tradições familiares, gerando um novo conceito de cidadania social voltado para o mercado.

A contribuição de Esping-Andersen (1990) é buscada por esses autores para apresentar as três tipologias de regimes de bem-estar mais comuns nos países industrializados: social-democratas, liberal e conservador⁴. Na concepção de Andersen, o regime social-democrata tem como base a igualdade, a universalização dos direitos, com garantia de pleno emprego. No regime liberal, o público-alvo das políticas são os mais pobres, valendo-se da ideia de Estado mínimo e mercado. Já o regime conservador funciona como comandante do capitalismo, mantendo as desigualdades e a divisão de classes.

O estudo de Kang (2019) avalia três grupos diferentes de bem-estar para explicar uma tendência de mudança nas políticas familiares, dando ênfase a três dimensões: conciliação trabalho/família, igualdade de gênero e proteção de renda. Na dimensão trabalho/família, o autor considerou circunstâncias enfrentadas pelas mulheres que as diferem das formas como os homens acessam as políticas de bem-estar, com destaque para a reprodução biológica, o tempo destinado ao cuidado, demandas por afastamentos, discriminação no trabalho por sexo e outros. A dimensão de igualdade de gênero desafiava os papéis tradicionais de gênero e considerava o compartilhamento de trabalho não remunerado entre homens e mulheres. A análise sobre a proteção de renda verifica se o Estado assume a segurança econômica das famílias.

A pesquisa se limitou a investigar 14 países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento

³ No que tange aos limites da defesa pela desfamiliarização desarticulada com a crítica à sociabilidade burguesa, vale o importante destaque realizado por Horst (2018, p.175): "Concordamos que a ausência de um sistema público, universal, gratuito realmente fortalece e reproduz a lógica das famílias como únicas responsáveis pelos seus membros. Entretanto, acreditamos que tal desresponsabilização dos próprios membros das famílias da classe trabalhadora seria impossível nos marcos do capitalismo e quiçá do capitalismo dependente [...]".

⁴ A síntese dos dados revela a referência à tipologia e a produção teórica do autor nos artigos. Diante da impossibilidade de aprofundarmos a crítica aos limites dessa análise no presente artigo, indicamos a obra que apresenta uma crítica à Esping-Andersen – e a todo equívoco construído em torno do entendimento do Estado de bem-estar social: LESSA, S. *Capital e Estado de Bem-Estar – o caráter de classe das políticas públicas*. Brasil: Instituto Lukács, 2013.

Econômico (OCDE) no período entre 1990 e 2010. O autor concluiu que, nos países de regime de bem-estar conservadores, ampliou-se o apoio aos cuidados infantis, melhorando as condições de emprego das mulheres. Regimes de bem-estar liberais descartaram noções de igualdade, o que gerou forte destaque na responsabilidade individual. Nos Estados de bem-estar social-democrata, manteve-se uma política de dupla renda, valorizando a igualdade de gênero e promovendo a conciliação trabalho/família.

Na Alemanha, Frericks *et al.* (2021) identificaram diferenças na forma de redistribuição dos benefícios e de acesso das famílias no que se refere ao modelo de bem-estar social, cuja lógica se diferenciava conforme características dos arranjos e modelos familiares. Evidenciaram que as famílias de baixa renda recebiam maior apoio do Estado quando possuíam filhos, entretanto, a concessão da redistribuição estava condicionada ao estado civil dos responsáveis pelas crianças, o que permitiu inferir certa desvantagem para aqueles que não se enquadraram no critério. A lógica de acesso a políticas de bem-estar social alemão, para além de centralizarem suas ações na família, valorizava o casamento, a união legal, alterando as condições de acesso dos indivíduos. Frericks (2021, p. 3) aponta alguns tipos de benefícios:

Entre esses direitos contam-se o direito de cuidar de um familiar sem perder o emprego, indenização por falta de rendimentos durante a assistência ou licença parental, subsídios pecuniários diretos (por exemplo para filhos), subsídios indiretos sob a forma de direitos à segurança social ou deduções fiscais para as famílias, e direitos derivados para crianças ou parceiros com pouco ou nenhum salário.

Doblytė e Tejero (2020) argumentaram em seu estudo que os valores e os ideais de cuidado também poderiam influenciar no apoio das políticas de bem-estar social no que se refere à conciliação trabalho/família. Para isso, empregaram o European Social Survey (Rodada 8) em três países do sul europeu – Itália, Portugal e Espanha – com a finalidade de qualificar a expansão das políticas de conciliação nessas realidades, questionando

a população através de uma amostragem, para compreender se eram favoráveis à elevação da carga tributária para fins da ampliação da prestação de serviço de apoio à família pelo Estado. Nesses países, os valores tradicionais de gênero e família ainda se perpetuam.

As conclusões a partir dessa pesquisa possibilitaram as seguintes descobertas: Portugal registrou 74% da população entrevistada interessada em arcar com mais impostos em troca de melhores serviços; esse país também registrou menor despesa com a prestação de serviço público e menor carga fiscal; fato relevante está na elevada taxa de emprego para as mulheres, o que indica a necessidade de prestação de serviços que viabilizem a conciliação das obrigações familiares com a profissão.

Na Espanha, as taxas de emprego das mulheres foram mais baixas, o que representou a necessidade de uma rede informal para dar suporte às mulheres; as despesas com prestação de serviço e carga fiscal da Espanha se assemelhavam às de Portugal.

A Itália apresentou uma alta carga tributária, o que possivelmente afetou na expansão de serviços de apoio à família, sendo constatada, ainda, a prevalência de valores tradicionais que vinculavam o cuidado à pessoa da mulher, contribuindo para a conclusão de que, quanto maiores os valores tradicionais de cuidado, menor o apoio às políticas de conciliação trabalho/família.

A autora Ermis-Mert (2018) apresentou uma discussão semelhante no seu estudo, quando, a partir da experiência da Turquia, abordou o papel tradicional da mulher vinculado ao cuidado e à questão da religião (islamismo) e das noções culturais, como fatores influenciadores na forma de regulamentação das políticas sociais.

A família na Turquia possui um papel de centralidade nas políticas, com caráter bastante familista e com a ausência de ênfase da sociedade civil, alicerçada pela junção do neoliberalismo e do neoconservadorismo, que vem se expandindo na União Europeia, reforçando papéis tradicionais de gênero, homem/provedor e mulher/cuidadora. As questões políticas mais significativas no que se

refere à conciliação da vida familiar e do trabalho remunerado da mulher nesse país se relacionam com o acesso à licença-maternidade, licença-paternidade, prestação de creche – benefícios considerados fundamentais para que haja uma perspectiva de alcance da igualdade de gênero.

O acesso a políticas familiares mais generosas são analisados por Boroumand (2021) considerando a realidade de dois países europeus, cuja pesquisa se volta aos países nórdicos, onde o regime social-democrata tende a assegurar mais direitos às famílias. A autora realiza um estudo comparativo entre a Islândia e a Dinamarca, dando ênfase à sua investigação na compreensão de como as mães solteiras utilizam as políticas de integração trabalho/família e se estas apresentam um caráter de universalidade.

A discussão deste estudo se concentra na experiência vivida por essas mães solteiras, destacando a forma de acesso ao mercado de trabalho e as licenças parentais, consideradas um ponto forte das políticas de bem-estar social-democratas. A autora localizou duas abordagens distintas nas políticas da Islândia e da Dinamarca: na Islândia, as políticas são baseadas na igualdade de gênero e no ideal político de corresponsabilidade parental; na Dinamarca, as políticas são baseadas na equidade de gênero, nas necessidades das mulheres/mães, com responsabilidade paterna mais fraca, entretanto, a responsabilidade do Estado é mais forte.

A ligação entre a participação no mercado de trabalho e as proteções sociais enfatiza a importância das políticas de integração trabalho-família para mães solteiras. O tempo oferece outro obstáculo, pois as mães solteiras precisam equilibrar o trabalho assalariado com o cuidado dos filhos, as tarefas domésticas e muito mais. Os agregados familiares de mães solteiras (em oposição aos agregados familiares com dois rendimentos e dois cuidadores) também enfrentam pressões financeiras acrescidas, uma vez que normalmente existe um rendimento disponível, e provavelmente é inferior ao que deveria ser devido a diferença salarial entre gêneros (Boroumand, 2022, p. 144).

A autora concluiu que, no contexto islandês, a mulher é tratada como chefe de família universal, no entanto, ter apenas um emprego não é

suficiente para equilibrar as despesas: é preciso ter mais de um contrato de trabalho que, associado ao cuidado dos filhos, torna-se um desafio grandioso. O contexto dinamarquês forneceu mais recursos para que as mães pudessem cuidar dos seus filhos, contudo, manteve os papéis de gênero estereotipados e a diferença salarial persistente entre homens e mulheres.

Numa perspectiva de classe sobre a conciliação trabalho/família, Bjørnholt e Stefansen (2019) analisaram famílias norueguesas com famílias imigrantes polonesas, para comparar o uso dos direitos de bem-estar da classe trabalhadora, em um modelo de dupla renda, combinado com elevado apoio institucional.

O regime de bem-estar norueguês apoiava os modelos de dupla renda e igualdade de gênero, dispondo de um pacote de políticas que se destacava em toda a Europa por disponibilizar uma licença parental que garantia uma quota paterna e o direito legal a cuidados formais de crianças a partir de um ano de idade. O trabalho da mulher foi facilitado por contemplar uma carga horária mais curta, direito ao trabalho parcial e licença para cuidar de criança doente.

O fortalecimento do modelo de dupla renda foi possível a partir de reformas na década de 2000 que prolongaram as licenças parentais, possibilitando as cotas paternas e a expansão das creches. A ascensão dessas políticas familiares possibilitou o trabalho remunerado das mulheres, a terceirização do cuidado infantil e a participação paterna nas obrigações familiares. Os poloneses que imigraram para a Noruega viveram em um modelo de política social distinto, em que prevalecem atitudes mais tradicionais sobre os papéis sociais de gênero.

Para realização da pesquisa comparativa, as autoras entrevistaram 22 famílias norueguesas e 22 famílias polonesas. Os entrevistados foram casais heterossexuais, trabalhadores, com crianças menores, em idade escolar. Para os pais noruegueses de classe média, a vida de acordo com as normas do modelo de dupla renda gerou tensão, constrangimento e sentimento de fracasso, pois tiveram dificuldade em combinar

trabalho remunerado e cuidado. Já para os pais noruegueses da classe trabalhadora, o problema estava relacionado com o desajuste das estruturas disponíveis e o que eles idealizavam para sua família. Os pais poloneses utilizaram as políticas disponíveis de forma eclética, percebendo as políticas públicas como novas oportunidades, propiciando melhor qualidade de vida.

Por sua vez, Mezzadri *et al.* (2021) desenvolveram em sua pesquisa um exame sobre a reprodução social e o trabalho no Sul Global, promovendo uma análise entre o Estado, o cotidiano, a exploração da vida e os mecanismos de controle sobre as mulheres. As autoras introduziram a discussão apresentando o conceito de *reprodução social*, segundo elas, pautado no entendimento de que toda atividade que busca produzir e manter a força de trabalho, produzir e reproduzir está relacionada com a reprodução social no capitalismo. Segundo Katz (2001, p. 710),

A reprodução social é o material carnudo, confuso e indeterminado da vida cotidiana. É também um conjunto de práticas estruturadas que se desdobram em relação dialética com a produção, com a qual é mutuamente constitutiva e em tensão. A reprodução social abrange a reprodução diária e a longo prazo, tanto dos meios de produção quanto da força de trabalho para fazê-lo funcionar.

Essa concepção da relação entre produção e reprodução social contribui para um novo sentido de formação de classe, tanto para homens quanto para mulheres, afetando a classe que vive da venda da força de trabalho de diferentes formas, interferindo nas relações de poder, que se engendram nessa dinâmica, moldando os processos de vida e práticas de indivíduos. Além das questões conjunturais apresentadas, o estudo destaca o papel do Estado como regulador, capaz de moldar papéis de gênero e controlar os corpos e a vida das mulheres, flexibilizando o trabalho remunerado, para se apropriar do trabalho reprodutivo não remunerado das famílias.

3 Modelos de bem-estar social no mundo e implicações das desigualdades de gênero e trabalho nas famílias

Em sua pesquisa, Roumpakis (2020) é pioneira na discussão do gênero associada à esfera da produção social (emprego formal e informal) e da reprodução social chamando a atenção para uma leitura mais global da realidade, enfatizando seus estudos em países da África, Ásia e América Latina, pouco investigados anteriormente, cujas atividades informais são muito expressivas e interferem no cotidiano das mulheres e das famílias. O objetivo da autora nessa pesquisa perpassa pela revisão da obra de Gough e Woods (2004), demonstrando que as relações familiares e comunitárias, estabelecidas como forma de capital social/rede de apoio, são essenciais no cotidiano das mulheres para que elas consigam sustentar a vida familiar, ainda que sejam arranjos informais.

A informalidade nesse contexto é explicada como uma dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal, caracterizado pelo predomínio da mulher nos espaços de trabalho informais, devido à escassez de oportunidades e altos níveis de trabalho doméstico não remunerado. É uma das considerações da autora a identificação da ausência de uma rede de cuidados públicos na maior parte dos países do Sul Global.

A informalidade é, portanto, amplamente percebida como não sendo capaz de participar formalmente no mercado de trabalho (sobre o qual os registros de seguro social podem ser construídos) e, portanto, não sendo capaz de acessar serviços públicos de assistência social, benefícios sociais e proteção (Roumpakis, 2020, p. 678).

Para realização da pesquisa, foram selecionados 58 países do Norte e do Sul Globais que possibilitaram as seguintes descobertas: não se identificou nenhum país em que a mulher apresentasse uma taxa de emprego formal superior à dos homens; em nenhuma realidade, o trabalho não remunerado do homem foi superior ao da mulher.

Avaliou-se a manutenção de estruturas patriarcais e dependência do cônjuge nos países

com alta disparidade de gênero nas taxas de emprego formal, sinalizando que as mulheres são menos propensas a se beneficiarem das leis trabalhistas, dos direitos de segurança e de construir seguros sociais. O argumento do autor sugeriu que a informalidade é inerente para a reprodução do capitalismo, concluindo que a responsabilidade vinculada à mulher perpassa também por uma estratégia econômica para a sustentação da competitividade internacional.

Goossen (2020) faz uma análise sobre a relação coexistente entre igualdade de gênero no trabalho não remunerado, com base nas teorias do papel social, de modernização e da teoria institucional. A teoria do papel social, conforme cita o autor, explica as desigualdades persistentes em relação à manutenção do trabalho não remunerado vinculado à mulher, pelos padrões de vida, normas e experiências, com papéis internalizados/arraigados.

Para a teoria de modernização e institucional, as mulheres, antes das décadas de 1970 e 1990, tinham uma posição mais conservadora, moralista, modificada para uma visão mais progressista e de esquerda em relação aos homens, que pode ter sido provocada pela ampliação das mulheres na força de trabalho, queda da família nuclear e mobilização de políticas feministas. Goossen (2020) afirma que essa tendência de orientação política de esquerda por parte das mulheres está em sincronia com a busca pela igualdade de gênero, compreendendo que as políticas de esquerda, na contramão das políticas de direita, acabam por assumir um papel mais progressista do que conservador sobre o lugar das mulheres na sociedade.

Ciccía e Sainsbury (2018) abordaram o tema sob outro aspecto: elas apresentaram um estudo comparativo das relações de gênero e do acesso às políticas sociais, destacando as tensões advindas do trabalho remunerado e do trabalho não remunerado. As autoras iniciam suas análises problematizando a questão dos direitos das mulheres, considerando as condições estruturais e as transformações societárias, com base no sistema capitalista de produção, cujos

fatores econômicos e políticos vêm interferindo nas relações de poder, de gênero, no funcionamento dos sistemas de proteção social/política de Estado, no modelo de família predominante e na divisão do trabalho, excluindo a mulher da esfera pública.

A discussão do gênero na perspectiva dessas autoras aponta para uma necessidade de reorientação, cujas contribuições feministas irão apontar duas contradições: o trabalho remunerado e a independência econômica que ele proporciona é a pré-condição da libertação das mulheres; a igualdade de gênero exige que os direitos sociais sejam vinculados ao cuidado.

Os direitos sociais menores das mulheres muitas vezes vieram junto com direitos políticos substantivos mais fracos e representaram uma barreira à sua plena cidadania. Ao se concentrar nas relações Estado-mercado e provisão social relacionada à esfera da produção, as principais análises dos estados de bem-estar também foram lançadas nesses princípios masculinos – embora enquadrados em termos formalmente neutros em termos de gênero – que relegaram as mulheres e o gênero à obscuridade (Ciccía, Sainsbury, 2018, p. 94).

Na relação das mulheres com o acesso às políticas, essas autoras apontam uma característica histórica de dependência, invisibilidade, dando lugar à introdução de um outro papel, o de reclamantes, beneficiárias e cidadãs, que, posteriormente, após serem focalizadas nas políticas, passam a ter visibilidade para o Estado. Essa visibilidade permite identificar o acesso de homens e mulheres às políticas de Estado e a diferenciação dos direitos sociais concedidos pela divisão de gênero.

O referencial teórico de Marshall (1950) é buscado pelas autoras para levantar a questão da cidadania social, cujo conceito equipara os direitos sociais aos direitos civis e políticos para alcançar a cidadania plena. Ainda na conceituação de Marshall, a condição para acessar esses direitos era estar na esfera pública; como as mulheres estavam, em sua maioria, na esfera privada, a elas eram negados os direitos iguais, pois eles derivam dos cônjuges na esfera pública.

As autoras fomentam a discussão apresentan-

do trabalho de Nancy Fraser (1994), que defende a inserção da figura masculina como fundamental para redistribuição do trabalho remunerado e do cuidado, através do compartilhamento de responsabilidades entre homens e mulheres. De acordo com Roumpakis (2020, p. 685),

Essas desigualdades são reproduzidas tanto na esfera da produção quanto na reprodução social e, portanto, as iniciativas de políticas devem focar igualmente em aumentar a entrada das mulheres no mercado de trabalho formal, mas também é necessário um reconhecimento adicional pelos cuidados não remunerados que prestam.

Elas concluem que as feministas que enfatizam a independência veem o acesso ao trabalho remunerado como solução; para elas, o cuidado é problemático, travou a participação das mulheres no mercado de trabalho e reforçou o lugar que a mulher geralmente ocupa na família. No que tange à promoção da igualdade de gênero, as autoras defendem que é preciso considerar a relação intrínseca existente entre as diferenças de gênero e as questões de classe, etnia, *status* migratório, idade e relações sociais de desigualdade.

Segundo Jurczyk *et al.* (2019), os papéis tradicionais de gênero estão sendo desafiados desde a década de 1970 com o desenvolvimento tecnológico e da globalização, afetando a condição de trabalho e de produção material, resultando em processos de emprego mais flexíveis, fora do padrão e precários. Essa dinâmica acaba por interferir no mercado de trabalho masculino e na vida privada, fomentando no estudo dessas autoras o interesse em desvendar a paternidade como peça-chave na manutenção das relações tradicionais de gênero, versando sobre as práticas de fazer família no cotidiano, aliadas ao papel de ganha-pão com destaque à pessoa da mulher.

O estudo foi realizado na Alemanha Ocidental, com o intuito de examinar a relação existente entre fazer gênero e fazer família, considerando a realidade de 17 (dezessete) mulheres que foram recrutadas através de amostragem, utilizando entrevistas qualitativas no período entre 2013 e 2015, avaliando a divisão do trabalho, a relação

entre autoconceitos e arranjos de renda. A pesquisa apontou que sempre que o cotidiano familiar, os conceitos de gênero e os arranjos de gênero não são claramente determinados por padrões tradicionais, modificam valores, possibilitando a adaptação a novos papéis; entretanto, as autoras concluem que a renda mais alta da mulher dificilmente afeta o equilíbrio de poder dentro do ambiente familiar.

4 Considerações finais

Com base na síntese realizada a partir da pesquisa bibliográfica, foi possível evidenciar a presença de políticas de caráter familista em vários modelos de bem-estar social mundo afora. Importante salientar o constante movimento que aparentemente sinaliza pela busca de uma possível conciliação das atividades domésticas e de cuidado com as atividades profissionais, sendo estas obrigações, na atualidade, ainda atribuídas às mulheres, tarefa cada vez mais árdua e desafiadora.

Os modelos de Estado de bem-estar social que foram identificados nos artigos selecionados reproduzem a realidade social dos países aos quais se vinculam, países em sua maioria do capitalismo central, cujas formações sociais e históricas diferem muito da brasileira e, por isso, há tamanha disparidade também na oferta de serviços e benefícios sociais.

Destarte, o chamamento da família para responder por cuidado, proteção e manutenção dos seus membros se desenvolve como estratégia global do capitalismo, inclusive nos países mais ricos, onde são esperadas políticas públicas mais generosas por parte do Estado.

Verificou-se que vários modelos de bem-estar social tomam como referência para construção das suas políticas familiares as dimensões da conciliação trabalho/família, igualdade de gênero e proteção de renda. Essas dimensões acabam por determinar o tipo de política que será ofertado às famílias, sendo perceptível o caráter mais focal, residual e/ou a intenção de se aproximar de políticas mais universalistas.

Os modelos de políticas familiares voltados

para a proteção de renda familiar e/ou redistribuição de renda se configuram a partir de uma linha de estratificação, com lógicas redistributivas verticais e horizontais, a partir de critérios que irão determinar se a família se qualifica ou não para determinado benefício. Merecem atenção alguns auxílios citados nos artigos que versam sobre uma licença-paternidade generosa, garantias de creche, benefícios no caso de adoecimento de crianças, determinados afastamentos que possibilitam uma melhor organização da vida familiar, principalmente da mulher, que assume o papel de referência familiar.

Considerando o exposto, mediante as mudanças e transformações que atravessam as famílias, suas condições de vida e de trabalho, verificou-se neste estudo que os modelos de bem-estar social que buscam conciliar o trabalho com as obrigações familiares tendem a ofertar políticas mais abrangentes, menos focalizadas, enfatizando ações que supostamente poderão contribuir com a emancipação política dos indivíduos e de suas famílias.

É importante sinalizar, ainda que rapidamente, diante dos limites do texto, que muitos parâmetros que se apresentam nos artigos, portanto, nas sínteses, merecem ser problematizados e aprofundados diante da diversidade de concepções, pressupostos e entendimentos sobre gênero e o lugar das mulheres; políticas sociais; regimes de bem-estar social; proteção social; as particularidades locais a partir da constituição sócio-histórica de cada país; a localização na geopolítica mundial – dentre outros elementos.

O que de modo geral os dados também revelam é que a reprodução social no capitalismo se ancora em três grandes esferas, conforme destaca a TRS: 1) a unidade familiar, o espaço doméstico; 2) os equipamentos e serviços públicos oferecidos pelo Estado; 3) o mercado, a partir da oferta de mercadorias a serem consumidas. Entretanto, mundialmente, sem desconsiderar as particularidades, sobressai o familismo, a família como principal responsável. Ou seja, a tarefa da reprodução social, da garantia da proteção social, tem recaído sobre as famílias da classe

trabalhadora.

Afinal, o fato de a centralidade da reprodução social da força de trabalho ocorrer hegemonicamente nas famílias – mas não só, conforme demonstramos através dos diferentes regimes de “bem estar” – garante um trabalho não remunerado que sobrecarrega corpos femininos e negros, pois revela-se a forma mais barata, segura e estável de reprodução.

Referências

BHATTACHARYA, T. O que é a teoria da reprodução social? *Revista Outubro*, ls. l., n. 32, 2019.

BJØRNHOLT, M.; STEFANSEN, K. Same but different: Polish and Norwegian parents' work-family adaptations in Norway. *Journal of European Social Policy*, Oslo, Noruega, v. 29, n. 2, p. 292-304, 2019. DOI: 10.1177/0958928718758824.

BOROUHAND, K. Lone Motherhood and Welfare Feminism: A Comparative Case Study of Iceland and Denmark, Social Politics. *International Studies in Gender, State & Society*, ls. l., v. 29, n. 1, p. 141-163, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1093/sp/jxab036>.

CICCIA, R.; SAINSBURY, D. Gendering welfare state analysis: tensions between care and paid work. *European Journal of Politics and Gender*, ls. l., v. 1, n. 1-2, p. 93-109, 2018. Disponível em: <https://bristoluniversitypressdigital.com/view/journals/ejgp/1/1-2/article-p93.xml>. Acesso em: 26 set. 2025.

DOBLYTĖ, S.; TEJERO, A. What, where, and how: drivers of welfare attitudes toward work-family reconciliation policies in South European societies. *European Societies*, ls. l., v. 23, n. 1, p. 1-22, 2020. DOI: 10.1080/14616696.2020.1746821.

ERMIS-MERT, A. Women at Work and in the Family: A Discussion on Reconciliation Policy Practices. *International Journal of Law, Policy and the Family*, ls. l., v. 32, n. 1, p. 27-41, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1093/lawfam/ebx014>.

ESPING-ANDERSEN, G. *Social Foundations of Post-Industrial Economies*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

ESPING-ANDERSEN, G. *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

FRASER, N. After the family wage: gender equity and the welfare state. *Political Theory*, Alemanha, v. 22, n. 4, p. 591-618, 1994.

FRERICKS, P. Welfare State Policies towards Financial Solidarity between Generations. In: DALY, M.; GILBERT, N.; PFAU-EFFINGER, B.; BESHAROV, D. (ed.). *International Handbook of Family Policy: A Life-Course Perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2021.

FRERICKS, P.; GURIN, M.; HÖPPNER, J. Family as a Redistributive Principle of the Welfare State: The Case of Germany. *Journal of Social Policy*, ls. l., p. 1-21, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0047279421000787>.

GOOSSEN, M. The gender gap in welfare state attitudes in Europe: The role of unpaid labour and family policy. *Journal of European Social Policy*, Cambridge University Press, v. 30, n. 4, p. 452-466, 2020. DOI: 10.1177/0958928719899337.

GOUGH, I.; WOODS, G. *Insecurity and Welfare Regimes in Asia, Africa, and Latin America*. Social Policy in Development Contexts. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HORST, C. H. M. *Familia, Marxismo e Serviço Social: Desvendando o Invólucro Místico*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

HORST, H. M. C.; MIOTO, R. C. T. Família, Política Social e Reprodução Social. *Oikos: Família e Sociedade em Debate*, ls. l., v. 35, n. 1, 2024. DOI: 10.31423/oikos.v35i1.19503.

JURCZYK, K.; JENTSCH, B.; SAILER, J.; SCHIER, M. Female-Breadwinner Families in Germany: New Gender Roles? *Journal of Family Issues*, University Of Edinburgh, UK, v. 40, n. 13, p. 1731-1754, 2019. DOI: 10.1177/0192513X19843149.

KANG, J. Y. Convergence of family policy across welfare regimes (1990 to 2010): Different connotations of family policy expansion. *Int J Soc Welfare*, ls. l., n. 28, p. 167-178, 2019. DOI: <https://doi.org.ez35.periodicos.capes.gov.br/10.1111/ijsw.12331>.

KATZ, C. Vagabond Capitalism and the Necessity of Social Reproduction. *Antipode*, Departamento de Geografia, Clark University, n. 33, p. 709-728, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-8330.00207>.

MARSHALL, T. H. *Citizenship and social class*. Cambridge: Cambridge University Press, 1950.

MEZZADRI, A.; NEWMAN, S.; STEVANO, S. Feminist global political economies of work and social reproduction. *Review of International Political Economy*, ls. l., 2021. DOI: 10.1080/09692290.2021.1957977.

PEREIRA, C. P. *Proteção no Capitalismo: crítica a teorias e ideologias conflitantes*. São Paulo: Cortez, 2016.

ROUMPAKIS, A. Revisiting Global Welfare Regimes: Gender, (In)formal Employment and Care. *Social Policy and Society*, University of York, v. 19, n. 4, p. 677-689, 2020. DOI: 10.1017/S1474746420000342.

Anna Karolyna Lopes Titoneli

Assistente Social. Servidora pública com atuação na Prefeitura Municipal de Mariana (MG). Mestre em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV, Viçosa, MG), com pós-graduação *lato sensu* em Atendimento Integral à Família pela Universidade Veiga de Almeida (UVA). Graduada em Serviço Social pela Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC).

Cláudio Horst

Assistente Social. Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, Florianópolis, SC, Brasil), professor no departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Mariana, MG, Brasil. Pós-Doutorado em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), RJ, RJ, Brasil.

Endereço para correspondência

CLAUDIO HORST

Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Serviço Social
Rua do Catete, Centro, 166, 35420-057
Mariana, Minas Gerais, Brasil

ANNA KAROLYNA LOPES TITONELI

Rua D4, quadra 40B, lote 18
Bairro Jardim Europa II
Canaã dos Carajás, Pará, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.